



EDITAL DE LICITAÇÃO				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2024		DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: <u>25/11/2024.</u> ABERTURA DAS PROPOSTAS: <u>25/11/2024</u> às 09:00 horas.		
LOCAL: Site da Licitar Digital serviços em Tecnologia da Informação Ltda /Link licitações – www.licitardigital.com.br				
PROCESSO 189/2024	SRP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Ampla Concorrência Lotes 01 e 02	Exclusivos para MPEs <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de quota ME/EPP Lote 03
VALOR TOTAL R\$795.525,00		Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica		Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Modo de disputa: <input type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO <input checked="" type="checkbox"/> ABERTO				
Tipo de Licitação: Menor Preço Por Lote.				
Pedidos de esclarecimentos Diretamente pela plataforma de licitações – www.licitardigital.com.br			Impugnações Diretamente pela plataforma de licitações – www.licitardigital.com.br	

O **MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA**, através da Secretaria Municipal de Administração Pública, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**. O procedimento licitatório obedecerá a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, a Lei Complementar Federal 123 de 14.12.2006 e suas alterações, os Decretos Federais nº 10.024 de 20/09/2019 e nº 8.538 de 06/10/2015 e suas alterações, e aos com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para escolha de empresas para eventual e futura aquisição e instalação de gerador de energia a diesel, com carregador de bateria (12V) para eventuais emergências e regulador automático de tensão (AVR) que mantém a tensão estável, segundo características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão empresas que:



2.1.1. Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, devidamente comprovada através do objeto do contrato social da empresa;

2.1.2. Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;

2.1.3. Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo – DA DOCUMENTAÇÃO.

2.2. Não poderão concorrer neste Pregão:

2.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; **OU**

2.2.2. Empresas que estejam suspensas de participar de licitação; **OU**

2.2.3. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

2.3. Além de o atendimento às exigências do item 2.1:

2.3.1. No lote 03 - COTA RESERVADA PARA ME/EPP:

2.3.1.1. Somente poderão participar **microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP e equiparadas** (sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados), que cumprirem todas as exigências do edital.

2.3.2. Nos lotes 01 e 02 - AMPLA CONCORRÊNCIA:

2.3.2.1. Poderão participar deste item as empresas que atenderem a todas as exigências deste edital.

2.4. Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site: www.licitardigital.com.br.

2.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.6. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.7. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do Sistema Eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.8. O Licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.



2.9. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

3.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, nomeados através da **Portaria Nº 01/2024, de 04 de janeiro de 2024**, tendo, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas, indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades, visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

3.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

3.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Santa Bárbara-MG, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

3.5. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



3.6. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecidos.

3.7. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

3.8. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

* Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

* Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

* Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

* Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

* Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

* Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

* Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

* Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DOS PROCEDIMENTOS:

4.1. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Administração Municipal, denominado Pregoeiro, **Portaria Nº 01/2024, de 04 de janeiro de 2024**, mediante a inserção e monitoramento



de dados gerados ou transferidos para o aplicativo Licitações constantes da página eletrônica do site da Licitar Digital: www.licitardigital.com.br.

4.1.1. Os licitantes deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema, até a data e horários definidos no preâmbulo deste edital.

4.2. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico.

4.3. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.4. O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

4.5. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horários definidos no edital.

4.6. O julgamento das propostas será feito pelo **menor valor por lote**, de acordo com a especificação da plataforma de licitações.

4.7. O Pregoeiro via sistema eletrônico dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com divulgação da melhor proposta para cada lote.

4.8. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

4.8.1. No caso de nenhum licitante apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

4.9. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, com **intervalo mínimo de R\$ 200,00** para o lote 1 e 3; e **R\$ 40,00** para o lote 2; exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

4.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR GLOBAL DE CADA LOTE, com o máximo de duas casas após a vírgula**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

4.11. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

4.11.1. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do sistema.

4.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

4.13. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **VEDADO A IDENTIFICAÇÃO DO SEU DETENTOR**.



4.13.1. A identificação do participante durante o certame implicará em desclassificação, assim como a comunicação em qualquer forma com o pregoeiro.

4.14. A etapa de lances da sessão pública durará **dez minutos**, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.14.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

4.14.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente, facultando ao pregoeiro admitir o reinício da etapa de envio de lances.

4.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.16. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

4.17. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

4.18. Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

4.19. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério de menor preço por lote, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

4.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no Termo de Referência deste Edital.

4.21. Quando não houver mais lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério do menor preço por lote.

4.22. Será assegurado como critério de desempate, quando for o caso, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo-se na forma do art. 45, inciso I da Lei Complementar 123/06, ou seja, ocorrendo o empate a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.



4.22.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

4.22.2. Se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, ao incluir suas propostas no sistema, declarar que as mesmas se enquadram nessa categoria.

4.22.3. A não informação implicará na desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se da prerrogativa concedida pela Lei Complementar nº123/06 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

4.22.4. Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.22.5. Na hipótese da não contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4.23. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias, do proponente. Se não aceitável, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, prosseguindo-se o certame.

4.24. Terminada a sessão, o sistema automaticamente rejeitará qualquer tentativa de envio de lances.

4.25. **O licitante classificado detentor da proposta de menor preço deverá encaminhar a proposta ajustada ao preço final ao Pregoeiro, por meio da plataforma de licitações, ou outro meio informado durante a sessão, no prazo de até 1 hora após solicitação do Pregoeiro.**

5. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO:

5.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.1.1. A interessada ainda deverá apresentar catálogos técnicos do fabricante que comprovem que o material a ser fornecido atende às especificações solicitadas junto à proposta comercial.

5.2. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas na plataforma www.licitardigital.com.br.

5.3. A validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:



6.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis da data fixada para abertura da sessão, **exclusivamente por meio da plataforma de licitações.**

6.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

7.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

7.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante manifeste que sejam revistos pelo Pregoeiro.

7.2. O licitante que manifestar a intenção de recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, devendo ser lançado na plataforma do www.licitardigital.com.br, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

7.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro no licitante vencedor.

7.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

7.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

7.7. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA APÓS O ENCERRAMENTO DA DISPUTA:

8.1. Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

8.2. Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

8.3. O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo pregoeiro, está sujeito à desclassificação do item proposto.



9. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

9.1. Para fins de habilitação e posteriormente ter o item adjudicado e homologado, a licitante vencedora deverá ter anexado na plataforma do www.licitardigital.com.br, os documentos abaixo discriminados:

9.1.1. DA HABILITAÇÃO FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido em até 90 dias da data da sessão de abertura;
- b) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;
- c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; **OU**
 - a.1) Ato constitutivo, estatuto, contrato social e alterações em vigor ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; **OU**
 - a.2) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para a realização da sessão pública do Pregão; **OU**
 - a.1) A empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir a ata de registro de preços e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei n.º 14.133/21.



9.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Para os lotes 01 e 03:

Apresentação de atestado de capacidade técnica que demonstre o fornecimento de grupo de gerador de no **mínimo** 17 kva e painel automático, sendo admitida a soma de atestados.

b) Para o lote 02:

Apresentação de atestado de capacidade técnica que demonstre a instalação de gerador de no **mínimo** 17 kva.

9.1.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

a) Informações bancárias, conforme Anexo V.

9.2. Os documentos deverão ser anexados através da plataforma www.licitardigital.com.br.

9.3. Os documentos extraídos de sistema informatizado (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

9.4. A não apresentação do Anexo V (Informações Bancárias) não será motivo de inabilitação do proponente, uma vez que o documento se trata de informação para fins de pagamentos à posteriori.

9.5. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) e MEI deverão anexar em campo próprio do sistema toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme previsto no art. 43 da LC nº 123 de 14.12.2006, LC 147 de 07.08.2014 e LC 155 de 27/10/2016.

9.6. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado à ME, EPP e MEI o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.

9.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

9.8. Quanto aos documentos solicitados, não havendo validade expressa, deverão ser expedidos com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

9.9. Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021: "Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento



ausente, comprovatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

9.10. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar aos licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

9.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos.

10. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA:

10.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro, sempre que não houver recurso.

10.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

10.3. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o(s) item(ns) objeto do certame.

10.4. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.5. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

10.6. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

10.6.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva.

10.6.2. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.



10.6.3. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal da Transparência do Município de Santa Bárbara e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6.4. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

10.6.5. O registro a que se refere o subitem 10.6.2 deste título tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6.6. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem 10.6.2 deste título, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

10.6.7. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 10.6.2 deste título será efetuada, na hipótese prevista no §1º e §2º do Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, e, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas no §4.º da legislação em comento.

10.6.8. O anexo de que trata o subitem 10.6.2 deste título consiste na ata de realização da sessão pública do pregão, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

10.6.9. Caso os documentos habilitatórios estejam desatualizados, devem ser solicitados novos para a licitante, a fim de verificar-se a manutenção das condições de habilitação já preenchidas no dia da sessão de julgamento.

10.6.10. No caso de utilização do cadastro reserva, haverá a realização de ato complementar de homologação do procedimento.

11. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

11.1. Havendo alteração nos preços dos materiais cotados, os preços registrados poderão ser revisados, de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.1. A revisão dos preços registrados observará a Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.2. O equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços será efetuado com base em índices setoriais oficiais ou composição de custos, correlacionados aos materiais e/ou serviços utilizados, ou, na falta de índice setorial oficial específico, por outro índice oficial que guarde maior correlação com o segmento econômico em que estejam inseridos os materiais e/ou serviços, ou, ainda, na falta de qualquer índice setorial, servirá como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE. Os reajustes poderão ser aplicados a qualquer época da vigência da ata de registro de preços, atendida sempre a menor periodicidade estabelecida em lei.

11.2. O fornecedor do Registro de Preços deverá solicitar a revisão dos preços vigentes formalmente ao Município de Santa Bárbara, acompanhado de documentos que comprovem a



procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas ou componentes (anteriores e próximos à data de apresentação da proposta, e posteriores ao registro) ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados pelo Município.

11.3. Independentemente da solicitação de que tratam os itens 11.1 e 11.2, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução de preços registrados, garantindo a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação da Ata, devidamente comunicada aos interessados.

11.4. O preço revisado não poderá ser superior ao praticado no mercado e deverá manter a diferença de percentual apurada entre o preço de custo e o preço originalmente constante na proposta, bem como o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

11.5. O pedido de revisão dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

12. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. A ata de registro de preços oriunda desta contratação iniciará na data de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DAS SANÇÕES:

13.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, constantes nos artigos 156 e 162 – “O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato”, regulamentados no Decreto Municipal nº 5789/2024, bem como observará os termos da IN 8 de 22/03/2018 e suas alterações.

14. DA ASSINATURA DA ATA:

14.1. A Ata de registro de preços a ser firmada com a licitante vencedora incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

14.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme preconiza o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na sede do Município, após a notificação do Promitente Comprador.



14.3. A recusa em assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no prazo estabelecido no item anterior, caracterizará o descumprimento integral da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

14.4. Na hipótese acima, à licitante decairá do direito à contratação, reservando-se o Promitente Comprador o direito de convocar a segunda classificada, e assim sucessivamente, para negociações, observado o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. A presente licitação **não importa necessariamente em contratação**, podendo a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A Prefeitura Municipal de Santa Bárbara poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

15.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão da ata de registro de preços ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

15.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

15.9. A participação do proponente nesta Licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.



15.10. Fica eleito o foro da comarca de Santa Bárbara/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução da ata de registro de preços.

15.11. A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

15.12. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de telefone e e-mail.

15.13. A existência dos preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que delas poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

15.14. A Licitante compromete-se a manter durante a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a sua habilitação

15.15. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

15.16. O Contrato Administrativo ou o Termo de Compromisso da Ata de Registro de Preços, conforme o caso, a ser firmado com a Administração Licitadora não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão, SALVO se o Termo de Referência, Anexo III deste Edital dispuser sobre algumas destas possibilidades.

16. DA RELAÇÃO DE ANEXOS

16.1. São anexos deste edital:

- Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- Anexo II - Mapa de Gerenciamento de Riscos.
- Anexo III - Termo de Referência.
- Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.
- Anexo V - Informações Bancárias.

Santa Bárbara, 06 de novembro de 2024.

Hanielly de Castro Rosa
Secretária Municipal de Administração Pública

Bráulio Lopes de Assis
Procurador-Geral do Município



ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO 074/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Fundamentação: Decreto Municipal n.º 5369/2022 e Lei n.º 14.133/2021.

I – Descrição da Necessidade da Contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

Da necessidade

O gerador de energia é essencial para assegurar a continuidade dos serviços em locais críticos, especialmente em momentos de instabilidade na rede elétrica. A ausência de fornecimento de energia pode comprometer atividades administrativas, de atendimento ao público, de suporte técnico e principalmente na conservação de imunizantes nas câmaras de hemoderivados nas Salas de Vacinas do município, resultando em prejuízos operacionais e impacto direto no serviço prestado à população. Há que se considerar que recentemente foram instalados 39 ares-condicionados Split-Inverter de 18.000 btus nas unidades de saúde do município, além dos ares-condicionados portáteis presentes nas unidades que ainda não tem o ar condicionado fixado nas salas, que tem provocado sobrecarga na rede elétrica, uma vez que são instalações elétricas que não foram preparadas para tal situação.

Diante da necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados por esta instituição, faz-se indispensável a aquisição de geradores de energia que possibilitem a manutenção do funcionamento regular de atividades essenciais em situações de interrupção no fornecimento de eletricidade pela concessionária local.

Nesse ínterim, pretende-se com esse Estudo Técnico a verificação da viabilidade da aquisição do equipamento que será descrito ao longo do documento.

II - Descrição dos requisitos da contratação:

2.1. Documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:

2.1.1. Para fins de comprovação da aptidão técnico-profissional e técnico operacional a empresa interessada deverá apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021:



2.1.1.1. Apresentação de atestado de capacidade técnica que demonstre o fornecimento de grupo de gerador de no **mínimo** 17 kva e painel automático, sendo admitida a soma de atestados.

2.1.1.2. Apresentação de atestado de capacidade técnica que demonstre a instalação de grupo de gerador de no **mínimo** 17 kva.

2.2. Proposta Comercial:

2.2.1. A interessada ainda deverá apresentar catálogos técnicos do fabricante que comprovem que o material a ser fornecido atende às especificações solicitadas junto à proposta comercial.

2.3. Padrões mínimos de qualidade e desempenho:

2.3.1. MOTOR: Estacionário, de combustão interna por ciclo diesel, injeção direta de combustível, turbo alimentado, com regulador mecânico de velocidade, refrigerado a água por radiador incorporado, ventilador e bomba centrífuga. Dotado de sistema de proteção contra alta temperatura da água, baixa pressão do óleo.

2.3.2. Filtros com elementos substituíveis para ar tipo seco, para óleo lubrificante e para combustível;

2.3.3. Gerador: Possui alternador síncrono, trifásico 220 V, 2 polos, com 17 kVA de potência máxima, excitatriz rotativa por escovas, dotado de regulador eletrônico automático de tensão (AVR). Conta com carregador de bateria auxiliar 12 VDC / 8 A e medidor digital que demonstra os parâmetros de Tensão (V), Frequência (Hz) e Tempo de Funcionamento (H). Seu tanque com capacidade para 40 litros de combustível, proporciona uma autonomia de até 10 horas de funcionamento 50% de carga. Para facilitar sua mobilidade, dispõe de quadro resistente, rodas e alças de transporte e barra removível para elevação por gancho.

2.3.4. Painel Automático para Gerador: Quadro de comando dotado de microcontrolador, fabricado com chapas de aço galvanizado, montado sobre a base do Grupo Gerador, com compartimentos separados para comando e força, conforme solicita a NR10. Permite operação automática e manual, executando supervisão do sistema de corrente alternada, comandando a partida e parada do grupo gerador em caso de falha da fonte principal (rede).

III - Estimativas das quantidades a serem potencialmente contratadas:

3.1. A estimativa de quantidade é destina-se para os estabelecimentos da Secretaria de Saúde que possuem câmaras frias e ar condicionado para armazenamento de imunizantes do município, sendo um gerador para cada local.

3.2. O município possui dentro da Atenção Primária a Saúde 13 estabelecimentos, sendo 10 Unidades de Saúde na sede do município e 3 Unidades Satélites em distritos e subdistritos e considerando a necessidade de se ter um gerador em cada uma delas, somando-se ainda o



Centro de Especialidades Médicas e a Farmácia, pretende-se que cada um dos estabelecimentos tenha um gerador para manutenção do funcionamento em caso de queda de energia e principalmente para conservação dos imunizantes nas câmaras frias. Dessa forma, levantou-se o quantitativo abaixo:

Lote	Item	Cód	Und. Med	Qtd	Descrição
1	1	22449	Und	15	Grupo Gerador De Energia a diesel 17 Kva: <ul style="list-style-type: none">● Deve vir acompanhado de carregador de bateria (12V);● Deve possuir regulador automático de tensão (AVR);● Preparado para conexão de chave de transferência automática (CTA – painel ATS).● Unidade de Supervisão de Corrente Alternada (USCA). Deve possuir sistema de proteção tal qual impeça a operação em paralelo com a rede da concessionária. Serão aceitas pequenas variações nas especificações, desde que não configure na piora da qualidade do equipamento.
	2	35563	Und	15	Painel Automático para Gerador: Quadro de transferência automática para gerador de 17kva. Obrigatoriamente deve ser de marca e especificações equivalentes para gerador.
2	1	13463	Und	15	Instalação: Grupo gerador 17 Kva: <ul style="list-style-type: none">● Estando inclusos no serviço de instalação e o fornecimento de materiais e mão de obra

IV - Demonstração da previsão da potencial contratação no plano de contratações anual:

O objeto desta solução consta com a devida previsão orçamentária e por tratar-se de destinação de recurso federal, além da Lei Complementar nº 171/2023, que permite a transposição ou transferência de saldos constantes e financeiros de parcerias e convênios firmados com o estado de Minas Gerais.

V - Levantamento de mercado:



5.1. Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da SMS.

5.2. Das soluções:

Forma 1 – Aquisição de gerador eólico

Forma 2 – Aquisição de gerador solar

Forma 3 – Aquisição de gerador à gás

Forma 4 – Aquisição de gerador a etanol

Forma 5 – Aquisição de gerador químico

Forma 6 – Aquisição de gerador à gasolina

Forma 7 – Aquisição de gerador à diesel

Forma 8 – Locação de gerador

5.3. Da análise:

Forma 1 – Aquisição de gerador eólico

O gerador eólico, também conhecido como aerogerador, serve para converter a energia do vento em energia elétrica.

A energia eólica é gerada em parques eólicos, que são compostos por um conjunto de turbinas e geradores. As turbinas são formadas por um rotor com pás que giram quando o vento passa por elas, movimentando o rotor. A energia mecânica gerada pela rotação da turbina é convertida em energia elétrica por um gerador.

A energia eólica é uma fonte de energia renovável, abundante e limpa, que ajuda a combater as mudanças climáticas. A sua utilização reduz a dependência de combustíveis fósseis e as emissões de dióxido de carbono e outras substâncias que alteram o clima.

Quando o vento passa pelas pás, gira a turbina e faz com que a energia do vento seja convertida em energia elétrica. Todavia, essa opção não é possível ao município uma vez que não existe tal tipo de rede instalada no território.



Forma 2 – Aquisição de gerador solar

A energia solar é uma fonte de energia renovável que funciona através da transformação da luz solar em eletricidade. O processo de produção de energia solar é o seguinte:

1. As placas solares, feitas de um material semicondutor, recebem os fótons, ou partículas de luz solar.
2. Os fótons excitam os elétrons do material, fazendo-os entrar em movimento.
3. A corrente elétrica gerada é captada por um campo elétrico, formado pela diferença de potencial dos semicondutores.
4. A energia elétrica é gerada em corrente contínua (CC) e, depois, transformada em corrente alternada (CA) por um inversor.

A energia solar pode ser captada por meio de diversas tecnologias, como painéis fotovoltaicos, usinas heliotérmicas e aquecedores solares.

Dadas as formas de captação da energia, inclusive através das turbinas eólicas, a solução não é viável uma vez que não existem painéis solares para a captação de energia nos próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Forma 3 – Aquisição de gerador a gás

Os geradores apresentam alta eficiência e geralmente são usados em locais com alto consumo, como aeroportos, shoppings centers e indústrias por conta do seu menor custo de operação. Um gerador de energia a gás é uma fonte versátil e eficiente de eletricidade, que opera por meio da queima de gás natural, propano ou biogás em um motor para gerar energia mecânica. Essa energia é então convertida em eletricidade por um alternador. Apesar de possuir menor impacto ambiental, pois emite menos poluentes como CO₂, partículas e gases tóxicos, a utilização desse tipo de equipamento depende que haja infraestrutura de gás, pois a sua fonte de alimentação de gás natural precisa de uma rede de abastecimento que não está disponível na região, possuindo ainda um custo maior que outros tipos, possui menor capacidade de potência. Dessa forma, a solução não mostra-se viável para a necessidade dessa unidade administrativa.

Forma 4 – Aquisição de gerador a etanol

Um gerador a etanol funciona de forma semelhante aos geradores a gasolina ou a diesel, mas usa o etanol como combustível. Esse tipo de gerador é uma alternativa mais sustentável e tem sido cada vez mais explorado devido à possibilidade de utilizar um combustível renovável e com menor impacto ambiental. O etanol é um combustível renovável, geralmente derivado da cana-de-açúcar, milho ou outros vegetais. A queima do etanol emite menos CO₂ em comparação com combustíveis fósseis, o que o torna uma opção mais sustentável. O uso de etanol pode contribuir para uma matriz energética mais sustentável, e há até modelos híbridos, que aceitam



outros biocombustíveis além do etanol. Porém, esse tipo de gerador possui menor densidade energética em comparação com o diesel e a gasolina. Isso significa que o gerador a etanol pode consumir mais combustível para gerar a mesma quantidade de energia que um gerador a gasolina ou diesel. Em climas muito frios, o etanol pode apresentar dificuldades para inflamar, o que pode exigir uma adaptação para garantir o funcionamento do gerador. O etanol é higroscópico (absorve água do ar), o que pode prejudicar o sistema de combustão e acelerar a corrosão do motor. Por isso, os tanques de etanol precisam de atenção especial no armazenamento e manutenção. Embora o etanol produza menos CO₂ em relação a combustíveis fósseis, sua queima pode liberar outros poluentes, como aldeídos (especialmente acetaldeído), que são compostos químicos com propriedades irritantes e potencialmente prejudiciais. Assim, o gerador a etanol não é totalmente isento de impactos ambientais. Dada a exposição de motivos, essa alternativa não é viável ao uso que se pretende.

Forma 5 – Aquisição de gerador químico

Um gerador químico, também conhecido como uma célula de combustível ou gerador eletroquímico, produz energia elétrica a partir de uma reação química entre combustíveis específicos, geralmente hidrogênio e oxigênio. Em muitos geradores químicos, o hidrogênio atua como a principal fonte de combustível. Ele pode ser armazenado em cilindros pressurizados ou ser gerado de outras fontes, como metanol ou gás natural, antes de entrar no gerador. O oxigênio necessário para a reação pode ser extraído diretamente do ar ambiente, eliminando a necessidade de armazenamento em muitas aplicações. Apesar de seu único subproduto ser a água, esse tipo de gerador possui custo elevado devido os materiais (como platina no eletrodo para condução de eletricidade) e o armazenamento de hidrogênio. Outro fator é que o transporte de um gás como o hidrogênio é desafiador e exige medidas de segurança extremamente rigorosas que no momento não são possíveis de ser adotadas no município, considerando a inexistência de local específico para realização desse armazenamento.

Forma 6 – Aquisição de gerador à gasolina

Normalmente, os geradores de energia a gasolina possuem um porte menor e são mais utilizados para geração esporádica de energia, por exemplo, em propriedades rurais, residências ou comércio. Não deve ser considerado como opção para situações que necessitem de energia de forma contínua, e sim para situações de emergência, por algumas horas ou minutos.

Esse tipo de gerador possui um arranque rápido, pois a gasolina é um combustível volátil, o que permite que o motor seja acionado rapidamente. Devido a disponibilidade e custo pois a gasolina é amplamente disponível, facilita o uso do gerador em qualquer lugar. Todavia, os motores a gasolina tendem a ter uma vida útil menor quando comparado com outros tipos, como o



diesel, devido ao desgaste causado pela alta temperatura de combustão. Além disso, a gasolina tem uma densidade energética menor que o diesel, o que pode aumentar o consumo de combustível em uso prolongado. Ainda, a combustão da gasolina gera CO₂ e outros poluentes, tornando o gerado a gasolina menos ecológico.

Forma 7 – Aquisição de gerador à diesel

Um gerador a diesel converte a energia química do diesel em energia elétrica por meio de um motor de combustão interna acoplado a um alternador. Os geradores a diesel são muito usados para aplicações industriais, comerciais e residenciais onde há necessidade de potência confiável e duradoura. Ao contrário dos motores a gasolina, os motores a diesel não utilizam velas de ignição. Em vez disso, eles funcionam por compressão. O motor do gerador comprime o ar dentro dos cilindros até que ele atinja uma temperatura muito alta. Em seguida, o diesel é injetado na câmara de combustão em alta pressão, e o calor gerado pela compressão faz com que o combustível entre em combustão automaticamente. Os motores a diesel têm maior eficiência energética em comparação com motores a gasolina, o que permite que o gerador funcione por mais tempo com menor consumo de combustível. Os motores a diesel são robustos e projetados para suportar cargas pesadas e longos períodos de operação. Comparado com a gasolina, o diesel tem uma densidade energética mais alta, o que significa que produz mais energia com menos combustível. Além disso, motores a diesel têm uma vida útil mais longa devido à construção robusta e à combustão mais lenta, suportando uso intensivo sem desgaste excessivo. Devido à sua confiabilidade e durabilidade, geradores a diesel são amplamente utilizados em ambientes onde a interrupção de energia não é aceitável. Eles também são preferidos em locais remotos onde o fornecimento de energia precisa ser constante e onde o diesel é mais fácil de ser armazenado e transportado do que outros combustíveis.

Forma 8 – Locação de gerador

Considerando que a instalação de geradores para suprir demandas de energia em unidades de saúde também requer medidas específicas, como preparação do local, instalação de sistemas de conexão elétrica e, potencialmente, adaptações estruturais, é essencial considerar a viabilidade da locação desses equipamentos. Transferir essa responsabilidade para um futuro vencedor de contrato pode não ser adequado, já que isso implicaria em obrigações sobre os bens imóveis do município, o que pode ser problemático ou até mesmo inviável. Então, adotar a forma de locação trata-se de uma solução temporária para uma demanda contínua, além de impor à administração uma despesa continuada que ao final do contrato mostra-se mais onerosa que a aquisição em si.

5.4. A necessidade foi demonstrada no item 1 do presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.



5.5. Os requisitos da contratação foram elencados no item 2 do presente ETP.

5.6. Foram analisadas as possíveis soluções no item 6 do presente ETP.

5.7. Da conclusão:

A compra de geradores, aliada à sua instalação, representa não apenas uma decisão estratégica, mas também um investimento crucial para a Secretaria de Saúde. Esta iniciativa visa garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica em locais críticos, como UPS, clínicas e centros de saúde. Ao assegurar uma fonte de energia alternativa e confiável, a Secretaria está fortalecendo sua capacidade de resposta em situações de emergência, garantindo o funcionamento ininterrupto de equipamentos médicos essenciais, a preservação de vacinas e medicamentos sensíveis à temperatura, bem como a prestação contínua de serviços de saúde à comunidade, mesmo durante interrupções na rede elétrica. Além disso, essa medida contribui para a resiliência do sistema de saúde local diante de desafios como falhas na infraestrutura elétrica ou crises energéticas. Portanto, a aquisição e instalação de geradores representam um passo importante para garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos, demonstrando o compromisso da Secretaria de Saúde com a prestação de serviços de saúde de qualidade e o atendimento às necessidades da população, mesmo nas circunstâncias mais adversas. Considerando a análise das soluções disponíveis no mercado, a que melhor se adequa a precípua necessidade dessa unidade administrativa é a Forma 7 – Aquisição de gerador a diesel.

VI - Descrição da solução como um todo:

6.1. Pretende-se a conservação de imunizantes armazenados nas câmaras frias nas salas de vacinas, impedimento da queda de energia que poderá ser provocada pelo uso contínuo dos ares condicionados instalados recentemente nas unidades de saúde, proporcionando diretamente ganho de produtividade de forma ininterrupta quando houverem falhas ou quedas na energia elétrica da concessionária local.

6.2. O equipamento deve possuir certificação do Inmetro ou órgão competente e incluir garantia mínima, que cubra falhas técnicas, peças e mão de obra necessários para o reestabelecimento de funcionamento do equipamento.

6.3. A empresa fornecedora será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações ora apresentadas.

6.4. Ao instalar os equipamentos, a empresa deverá dar instruções de uso e cuidados dos equipamentos e fornecer todos os materiais necessários para sua instalação, incluindo cabos, canos, porcas, parafusos ou outros que se fizerem necessários.



a. Realizar manutenção preventiva e corretiva de acordo com o manual da fabricante. Deve ser feito termo de atendimento identificando o equipamento, data da visita, descrição dos problemas encontrados, descrição do serviço executado, nome e assinatura do responsável. Emissão de relatórios contendo todos os dados anteriormente citados.

6.5. Deverão ser prestados os serviços de assistência e suporte técnico em caráter corretivo pelo período de 12 meses, prazo que se pretende a formalização de contrato - se viável a contratação.

6.6. As manutenções deverão ser executadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, exceto feriados no horário de 7h às 17h, podendo, em caráter excepcional e a critério do Departamento responsável, ser solicitado ou autorizado o atendimento fora do acima estipulado.

6.7. Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa vencedora ou de terceirizada autorizada do fabricante, com a utilização de todo o material de consumo necessário à execução da manutenção, tais como produtos químicos para tratamento e conservação dos equipamentos, estopa, graxa, lubrificante, soldas e outros, sem quaisquer despesas adicionais para a Secretaria Municipal de Saúde, não podendo ser cedidos ou subcontratados.

6.8. A manutenção será realizada conforme necessidade, visando as melhores condições para o perfeito desempenho e segurança.

6.8.1. Manutenção preventiva: deverão ser executados todos os procedimentos necessários para prevenir os aparelhos de possíveis defeitos, com pequenos reparos que forem necessários sempre que solicitado pela unidade responsável. Os funcionários da empresa que irão até o domicílio deverão ser devidamente qualificados, selecionados e treinados para o desempenho de seu trabalho, devendo os mesmos apresentar-se uniformizados e com crachá de identificação. Emissão de relatórios contendo todos os dados anteriormente citados.

6.8.2. Manutenção corretiva: deverá ser efetuada sempre que necessário, efetuar concertos com fornecimento e substituição de peças ou componentes defeituosos. Emissão de relatórios contendo todos os dados anteriormente citados.

6.9. Deverão ainda ser observados os procedimentos seguintes na manutenção:

- Verificação dos níveis de fluidos
- Inspeção da bateria e limpeza das conexões
- Troca de filtros de combustível e ar
- Teste em carga
- Apuração das leituras e indicadores do painel de controle
- Remoção ou troca de peças desgastadas ou atualizada
- Realização de testes de carga;
- Conferência do desempenho do motor;
- Registro e acompanhamento do histórico dos equipamentos;



- Execução de inspeções visuais para detecção de vazamentos;
- Verificação do tempo de vida útil da bateria.

6.10. Forma, prazo, local e critérios de recebimento do objeto:

6.10.1. O fornecimento será efetuado conforme a solicitação da ordem de fornecimento devendo o bem ser entregue e instalado nos seguintes locais designados na mesma

6.10.2. A empresa deverá comunicar previamente à Secretaria Municipal de Saúde a data da entrega e instalação para que a mesma designe servidor para acompanhamento fiscalização dos procedimentos e verificação da conformidade do objeto.

6.10.3. As ordens de fornecimento serão encaminhadas exclusivamente via e-mail, através de correio eletrônico indicado pelo promitente fornecedor, e considerar-se-ão recebidas no segundo dia útil após a data de envio.

6.10.4. É de responsabilidade do contratado manter atualizado o seu endereço de correio eletrônico, bem como acessar o conteúdo das ordens de fornecimento encaminhadas pela administração. O contratado também é obrigado a reportar imediatamente à administração qualquer problema técnico em relação ao seu correio eletrônico, indicando imediatamente outro endereço para comunicação.

6.10.5. O não atendimento das ordens de fornecimento encaminhadas pela administração sujeitará o contratado às sanções previstas em lei.

6. 10.6. Os *produtos* serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (**cinco**) dias do recebimento provisório.

6.10.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.10.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

6.10.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do objeto.

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela administração serão divididos em tantos itens,



parcelas e etapas que ser comprovem técnica e economicidade viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demanda no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será em lotes, onde o gerador o painel compõe um lote por serem itens interdependentes e o segundo lote ser o serviço de instalação

Considerando os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada, e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação é parcelável em dois lotes distintos.

VIII – Estimativa do valor da contratação

8.1. Para realização estimativa da contratação fora considerado o inciso III do § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Lote	Item	Qtd	Descrição	Valor Médio	Valor total	Lova Máquinas	Seu Posto	Painel de Preços
1	1	15	Grupo Gerador De Energia a diesel 17 Kva	R\$18.899,41	R\$283.491,15	R\$18.899,41		
	2	15	Painel Automático para Gerador	R\$5.323,93	R\$79.858,95		R\$5.323,93	
Valor do lote				R\$ 363.350,10				

Lote	Item	Qtd	Descrição	Valor Médio	Valor total	Lova Máquinas	Seu Posto	Painel de Preços
2	1	15	Instalação: Grupo gerador 17 Kva	R\$ 1.307,31	R\$19.609,65			R\$1.307,31
Valor do lote				R\$ 19.609,65				

Valor Total Estimado: R\$ 383.119,75

8.2. O quantitativo de cada item que compõe o lote fora elencado no item 3 do presente ETP.



8.3. Ressalta-se que a estimativa do valor da contratação trata-se do custo inicial dessa Unidade Administrativa, havendo a necessidade da complementação pelo setor de Compras, de acordo com as disposições da IN nº 04/2018 da CGMI.

IX - Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não existem contratações correlatas que sejam da gestão e fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde

X - Demonstrativos dos resultados pretendidos:

Continuidade Operacional: A implementação de geradores garantirá a continuidade operacional em nossa farmácia, Centro de Especialidades Médicas (CEM) e Unidades de Atenção Primária à Saúde (APS), assegurando que as atividades críticas não sejam interrompidas em caso de queda de energia. Isso inclui a manutenção do fornecimento de medicamentos na farmácia, a operação da sala de vacinas no CEM e a continuidade dos serviços de saúde na APS, mesmo durante interrupções no fornecimento de energia.

Segurança do Paciente: Com os geradores em funcionamento, seremos capazes de manter um ambiente seguro e controlado para nossos pacientes em todos os três locais. Isso implica na preservação da integridade dos medicamentos armazenados na farmácia, evitando perdas de produtos sensíveis à temperatura, garantindo a operação adequada da sala de vacinas no CEM e assegurando a continuidade dos serviços de saúde na APS.

Resposta a Emergências: Os geradores permitirão que nossa farmácia, CEM e APS continuem operando sem interrupções durante emergências e situações críticas. Isso é essencial para garantir que possamos continuar fornecendo atendimento médico de qualidade e acessível à comunidade, mesmo durante eventos adversos ou situações de emergência, garantindo uma resposta eficaz e oportuna às necessidades de saúde da população em todas as unidades.

Conformidade Regulatória: A aquisição e instalação de geradores nos ajudarão a cumprir os regulamentos e normas de segurança relevantes em todas as unidades em questão, garantindo que nossas instalações médicas estejam em conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis. Isso inclui diretrizes relacionadas à segurança dos pacientes, armazenamento de medicamentos e continuidade operacional de instalações de saúde em todos os locais.

Eficiência Operacional: Ao eliminar as interrupções causadas por quedas de energia, os geradores aumentarão a eficiência operacional de nossas instalações médicas em todas as unidades. Isso resultará em uma redução do tempo de inatividade e da perda de produtividade, permitindo que nossa equipe médica se concentre no atendimento aos pacientes e em atividades



clínicas essenciais, melhorando assim a qualidade e a eficácia dos serviços de saúde prestados em todos os lugares.

A aquisição de geradores para nossa farmácia, Centro de Especialidades Médicas (CEM) e Unidade de Atenção Primária à Saúde (APS) não apenas fortalecerá a resiliência de nossas operações médicas, mas também garantirá a segurança, a qualidade do atendimento e a conformidade regulatória em todas as unidades. Esses benefícios são fundamentais para manter nossa capacidade de fornecer cuidados de saúde de alta qualidade e acessíveis à comunidade, mesmo em situações adversas.

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:

Os itens serão entregues na seção de almoxarifado e após a instalação nos locais determinados, a administração pública municipal deverá proporcionar a gaiola de proteção de acordo com as orientações do fabricante para evitar furtos e depredações ao patrimônio.

XII – Possíveis impactos ambientais:

12.1. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas na Resolução nº. 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, além de outras normas ambientais aplicáveis à espécie, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental, principalmente no que se refere aos aspectos e/ou exigências abaixo assinalados:

- a) A empresa deverá possuir a licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dias com as respectivas licenças;
- b) Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações;
- c) Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;
- d) Os equipamentos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso);
- e) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme norma da ABNT–NBR;
- f) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – , como INMETRO produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



g) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

h) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

i) As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.

12.2. Pontue-se que a presente contratação deverá obedecer, ainda, ao disposto na Resolução CNJ nº. 400, de 16/06/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

12.3. As contratações públicas sustentáveis previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 tem relação com o – “ ODS 12 ONU Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”, em sua meta nº. 7, que é a de “promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais Guia Nac. de Contratações Sustentáveis. 3ª. Ed. DF: 2020 ” ().

12.4. As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental (Acórdão nº. 508/2013 – TCU Plenário; Acórdão nº. 2.403/2012 – TCU – Plenário e Acórdão nº. 1.929 /2013 – TCU – Plenário).

12.5. A futura contratada deverá obedecer os seguintes critérios de sustentabilidade conforme determina o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações, na Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, na Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, legislações ambientais e no que couber durante a realização das atividades.

12.6. Os bens/materiais devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

12.7. As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte.

12.8. Os óleos lubrificantes substituídos deverão ser corretamente recolhidos, coletados e ter uma destinação para evitar efeitos nocivos ao meio ambiente, obedecendo a resolução nº 362 de 23 de junho de 2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

12.9. Todos os eventuais agentes para limpeza que sejam empregados deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação vigente.

XIII – Declaração de viabilidade



A viabilidade deste ETP verifica-se como parte de nossa estratégia para garantir a continuidade operacional e a segurança dos serviços médicos prestados. A implementação desse equipamento é essencial para mitigar os impactos negativos de quedas de energia, assegurando o fornecimento contínuo de energia para equipamentos críticos e preservando a integridade dos medicamentos armazenados. A disponibilidade ininterrupta de energia é fundamental para manter a qualidade dos cuidados de saúde oferecidos aos pacientes, garantindo a operacionalidade dos sistemas de refrigeração de medicamentos, iluminação e equipamentos médicos essenciais. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

XIV – Responsáveis

Declaro que estou ciente das informações inclusas neste estudo técnico preliminar:

Almerinda Maria Xavier dos Santos
Diretora da Vigilância em Saúde - SMS

Wanessa de Lana Alves Rezende
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Luciana Karine Brandão Dias
Enfermeira



ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO 074/2024

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

MATRIZ DE RISCO						
OBJETO	RISCOS	NIVEL DO RISCO	CLASSIF.	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	TRATAMENTO
Aquisição e instalação de gerador de energia, à diesel	Atraso na entrega dos geradores	15	Alto	Atraso no processo de fabricação por parte do fornecedor	Interrupção do fornecimento de energia elétrica, afetando operações críticas	Monitoramento constante do progresso da fabricação, comunicação regular com o fornecedor, ter um plano de contingência para atrasos
	Defeitos nos geradores após a compra	15	Alto	Fabricação ou montagem inadequada dos geradores	Paralisação das operações, custos adicionais para reparos	Inspeções de qualidade antes da compra, garantias estendidas, considerar revisões pós-compra
	Aumento inesperado no custo dos geradores	15	Alto	Flutuações no mercado de matérias-primas ou mão-de-obra	Estouro do orçamento previsto, impacto financeiro negativo	Orçamento contingencial, negociações contratuais robustas, monitoramento regular dos custos do projeto
	Falta de compatibilidade com a infraestrutura existente	15	Alto	Incompatibilidade elétrica ou física com a infraestrutura atual	Ineficiência operacional, custos adicionais para adaptação	Avaliação detalhada dos requisitos de instalação, consulta a especialistas técnicos, verificação da compatibilidade antes da compra



	Falta de treinamento adequado para a equipe de operação	15	Alto	Falta de programas de treinamento ou materiais educacionais adequados	Má utilização dos geradores, risco aumentado de falhas operacionais	Desenvolvimento e implementação de programas de treinamento abrangentes, contratação de consultores especializados, fornecimento de manuais de operação detalhados
	Instabilidade política ou regulatória no país de origem do fornecedor	15	Alto	Mudanças nas políticas comerciais, instabilidade política	Atrasos na entrega, possibilidade de interrupção no fornecimento	Diversificação de fornecedores, análise de risco geopolítico, contratos que abordam possíveis cenários de instabilidade
Total			90			

Classificação	Nível
Baixo	1 a 5
Médio = até	6 a10
Alto = até 15	11 a 15

Descrição do impacto	15
ALTO	

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa o Gerenciamento de Riscos da presente contratação.

Almerinda Maria Xavier dos Santos
Diretora da Vigilância em Saúde - SMS

Wanessa de Lana Alves Rezende
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Luciana Karine Brandão Dias
Enfermeira



ANEXO III – PREGÃO ELETRÔNICO 074/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

Constitui objeto do presente termo de referência o registro de preços para escolha de empresas para eventual e futura aquisição e instalação de gerador de energia a diesel, com carregador de bateria (12V) para eventuais emergências e regulador automático de tensão (AVR) que mantém a tensão estável.

2. Especificações do Objeto:

Lote	Item	Cód	Und. Med	Qtd	Descrição
1	1	36754	Und	12	Grupo Gerador De Energia a diesel 17 Kva: <ul style="list-style-type: none">● Deve vir acompanhado de carregador de bateria (12V);● Deve possuir regulador automático de tensão (AVR);● Preparado para conexão de chave de transferência automática (CTA – painel ATS).● Unidade de Supervisão de Corrente Alternada (USCA). Deve possuir sistema de proteção tal qual impeça a operação em paralelo com a rede da concessionária. Serão aceitas pequenas variações nas especificações, desde que não configure na piora da qualidade do equipamento.
	2	35563	Und	12	Painel Automático para Gerador: Quadro de transferência automática para gerador de 17kva. Obrigatoriamente deve ser de marca e especificações equivalentes para gerador.
2	1	36630	Und	15	Instalação: Grupo gerador 17 Kva: <ul style="list-style-type: none">● Estando inclusos no serviço de instalação e o fornecimento de materiais e mão de obra
3 (COTA ME/EPP)	1	36755	Und	03	Grupo Gerador De Energia a diesel 17 Kva: Deve vir acompanhado de carregador de bateria (12V);

				<ul style="list-style-type: none">● Deve possuir regulador automático de tensão (AVR);● Preparado para conexão de chave de transferência automática (CTA – painel ATS).● Unidade de Supervisão de Corrente Alternada (USCA). Deve possuir sistema de proteção tal qual impeça a operação em paralelo com a rede da concessionária. <p>Serão aceitas pequenas variações nas especificações, desde que não configure na piora da qualidade do equipamento.</p>	
	2	36756	Und	03	<p>Painel Automático para Gerador:</p> <p>Quadro de transferência automática para gerador de 17kva.</p> <p>Obrigatoriamente deve ser de marca e especificações equivalentes para gerador.</p>

3. Justificativas:

3.1. Da necessidade:

O gerador de energia é essencial para assegurar a continuidade dos serviços em locais críticos, especialmente em momentos de instabilidade na rede elétrica. A ausência de fornecimento de energia pode comprometer atividades administrativas, de atendimento ao público, de suporte técnico e principalmente na conservação de imunizantes nas câmaras de hemoderivados nas Salas de Vacinas do município, resultando em prejuízos operacionais e impacto direto no serviço prestado à população. Há que se considerar que recentemente foram instalados 39 ares-condicionados Split-Inverter de 18.000 btus nas unidades de saúde do município, além dos ares-condicionados portáteis presentes nas unidades que ainda não tem o ar condicionado fixado nas salas, que tem provocado sobrecarga na rede elétrica, uma vez que são instalações elétricas que não foram preparadas para tal situação.

Diante da necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados por esta instituição, faz-se indispensável a aquisição de geradores de energia que possibilitem a manutenção do funcionamento regular de atividades essenciais em situações de interrupção no fornecimento de eletricidade pela concessionária local.

3.2. Da Escolha da Modalidade Pregão:

O material a ser adquirido enquadra-se como bem de consumo nos termos do Decreto nº 10.818 de 27 de setembro de 2021.



Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

III - bem de consumo - todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

- a) durabilidade - em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;
- b) fragilidade - facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;
- c) perecibilidade - sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
- d) incorporabilidade - destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou
- e) transformabilidade - adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem; e

IV - elasticidade-renda da demanda - razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média.

Logo, em virtude do objeto pretendido pela Administração, bem como da verificação da existência de Mercado vasto, diversificado e capaz de identificar amplamente as especificações usuais deste objeto, infere-se que este pode ser considerado como bem de consumo.

3.3. Justificativa do Sistema de Registro de Preços:

Conforme o art. 2º Decreto Municipal 5523/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no município de Santa Bárbara:

Art. 2º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando, pelas características da obra ou serviços de engenharia, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes, desde que haja projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- IV - quando for conveniente a aquisição e locação de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

O item V corrobora a concepção de que o sistema de registro de preços foi considerada pelo legislador pela observação do atendimento a Administração quando for incerto o momento do surgimento de determinada circunstância, ou quanto a impossibilidade da determinação precisa dos quantitativos referentes a esta condição.

Deve-se considerar que não há meio técnico para definir com precisão em que momento e em qual quantidade a demanda de cada paciente irá acontecer.

Ainda, destaca-se que o objetivo do registro de preços é selecionar objetos simples e padronizados capazes de atender demandas de diversas origens e em períodos de tempo distintos, conceito que corresponde ao tipo de serviço do objeto proposto, permitindo que a administração pública municipal se planeje diante da imprevisibilidade.

3.4. Justificativa da Licitação por Lotes:

Ocorre que, se por um lado, a Administração não pode restringir em demasia o objeto a ser contratado sob pena de frustrar a competitividade, por outro, não podemos definir o objeto de forma excessivamente ampla, podendo, neste caso, os critérios para julgamento das propostas



falecerem, em virtude da própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público. Assim podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição. A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, em único lote justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário.

Somado a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços. O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a economia de escala, a eficiência na fiscalização de um único contrato e os transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a execução e supervisão do serviço a ser prestado. Assim, com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por grupo.

Sobre este tema, podemos citar a obra “Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos”, vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

“(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)”.

Corroborando o entendimento supramencionado, em julgado, o Tribunal de Contas da União, quando decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.167/2012 – TC 000.431/2012-5 – TCU – Plenário – Relator: José Jorge). Essa mesma Corte se pronunciou através do Acórdão nº 732/2008, no seguinte sentido: " ... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade.

No caso do agrupamento do Gerador com o painel, tratam-se de aquisições interdependentes em que o painel deve ser compatível com o tipo de gerador a ser adquirido, de

forma que o mesmo seja acionado automaticamente quando da interrupção de energia pela fonte elétrica principal.

A instalação dos geradores pode exigir habilidades técnicas específicas, tanto na seleção dos equipamentos quanto na sua instalação e manutenção. Dividir a licitação em lotes permite que fornecedores especializados em diferentes aspectos (por exemplo, fornecedores de geradores e empresas de serviços de instalação) participem do processo, garantindo que cada aspecto seja tratado por especialistas.

A divisão por lote pode oferecer mais flexibilidade à entidade licitante, permitindo que diferentes aspectos do contrato sejam gerenciados de forma independente. Isso pode ser útil em termos de gestão de riscos, garantindo que, por exemplo, se um fornecedor não cumprir com suas obrigações em relação à instalação, isso não afete necessariamente a aquisição dos equipamentos de ar condicionado.

Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento e divisão por lotes, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

3.5. Justificativa da Compatibilidade do Painel automático para Gerador:

Via de regra, é proibida a realização de licitação para contratação de produtos de marcas, características e especificações exclusivas. Essa vedação visa garantir o princípio da impessoalidade.

Em resumo, o gestor público deve contratar o bem ou serviço que atenda à necessidade pública, não podendo fazer sua escolha em razão de uma preferência pessoal por determinada marca.

A lei autoriza, porém, a indicação de marca quando houver justificativa técnica. Uma das hipóteses que permite a exigência de marca pela administração pública é a necessidade de padronização do objeto (Súmula nº 270 do TCU).

No caso em tela, pretende-se a aquisição de geradores de energia juntamente com o painel automático de funcionamento do equipamento. Também conhecido pela sigla QTA, o quadro de transferência automático é basicamente um dos dispositivos mais importantes para um gerador de energia elétrica. Isso porque o dispositivo mantém um controle de segurança e executa diversas funções que garantem o fornecimento de energia por meio do gerador.

O quadro de transferência automático pode ser programado para desempenhar algumas funções essenciais para o acionamento de um gerador, como a comutação imediata ou a interrupção de um sinal elétrico da rede externa. Neste último caso, o QTA aciona um painel que imediatamente inicia o funcionamento do grupo gerador. É neste momento que o fornecimento de energia é restabelecido. Caso ocorra alguma falha grave no sistema, que impeça seu acionamento, o próprio painel do quadro de transferência automático realiza um bloqueio para manter a integridade do gerador de energia. A instalação de um quadro de transferências no



gerador de energia também faz toda a diferença durante grandes eventos e para o comércio em geral. Assim, não conduz em eficiência administrativa a aquisição de painel que não seja compatível com o tipo de gerador a ser licitado.

3.6. Classificação do Objeto:

O objeto da presente licitação é classificado como comum pois seus padrões de desempenho e características gerais e específicas são usualmente encontradas no mercado, sendo essa comprovada através da pesquisa de preços, podendo ser contratados através da modalidade pregão.

O termo 'comum' pode ser compreendido como objeto de natureza simples, cuja descrição e detalhamento não guardem a complexidade, ou, mesmo, dificuldade de identificação que, via de regra, impediria a contratação na modalidade Pregão”.

Na concepção de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

O objeto ainda caracteriza-se como comum pois é desnecessária a peculiaridade para satisfação da administração. Ou seja, o bem é comum e está apto para satisfazer necessidades comuns, não precisando conter características peculiares para atingir seus fins. Qualifica, o objeto comum por uma espécie de fungibilidade, que possa ser substituído por outro com qualidades similares ou equivalentes, contrapondo-se à ideia de bem anômalo, único, produzido sob encomenda.

Leciona Joel de Menezes Niebuhr:

Bem e serviço comum são aqueles que possam ser definidos no edital por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado, sem que variações de ordem técnica eventualmente existentes entre os bens e serviços ofertados por diversos fornecedores que atendam a tais especificações objetivas sejam importantes ou decisivas para a determinação de qual proposta melhor satisfaz o interesse público e desde que a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afete a análise da qualidade do objeto licitado ou importe prejuízos ao interesse público.

De acordo com Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o conceito de bem ou serviço comum diz respeito à “linguagem do mercado que define a possibilidade de indicar padrão de desempenho e qualidade”, tais como material a ser utilizado, prazo de garantia, durabilidade, cor (em se tratando de bens), experiência, desempenho anterior, material empregado, instalações mínimas (no caso de execução de serviços) etc, não cabendo exigir, para a definição de bens e serviços comuns, pretensões como: tratar-se de bem padronizado, tratar-se de bem cujas características estejam definidas por normas técnicas como ABNT, nem que consistam em bens prontos. Muito menos, caberia tentar restringir o universo dos objetos comuns, a um rol constante de regulamento.



3.7. Justificativa da Escolha do Fornecedor:

Para a escolha do fornecedor, deverá ser realizada disputa, sendo o objeto adjudicado ao proponente do menor valor por lote

3.8. Justificativa de Preço:

A estimativa do valor da contratação foi realizada conforme disposto no inciso III § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

4. Forma, Prazo e Local

4.1. O fornecimento será efetuado conforme a solicitação da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), devendo o bem ser entregue e instalado nos locais designados na mesma.

4.1.1. A empresa deverá comunicar previamente à Secretaria Municipal de Saúde a data da entrega e instalação para que a mesma designe servidor para acompanhamento e fiscalização dos procedimentos e verificação da conformidade do objeto.

4.2. As NAF's serão encaminhadas exclusivamente via e-mail, através de correio eletrônico indicado pela promitente fornecedora, e considerar-se-ão recebidas no segundo dia útil após a data de envio.

4.3. É de responsabilidade da promitente fornecedora manter atualizado o seu endereço de correio eletrônico, bem como acessar o conteúdo das NAF's encaminhadas pela administração. A promitente fornecedora também é obrigada a reportar imediatamente à administração qualquer problema técnico em relação ao seu correio eletrônico, indicando imediatamente outro endereço para comunicação.

4.4. O não atendimento das NAF's encaminhadas pela administração sujeitará a promitente fornecedora às sanções previstas em lei.

5. Critérios de Recebimento do Objeto

5.1. Os produtos serão recebidos:

5.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

5.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

5.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.



5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da promotente fornecedora pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução da ata de registro de preços.

6. Procedimentos de Gestão e Fiscalização da Ata de Registro de Preços

6.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como responsáveis:

6.1.1. Gestor da Ata de Registro de Preços: Wanessa de Lana Alves Rezende – Secretária Municipal de Saúde - gestorsaude@santabarbara.mg.gov.br - 3832-1700 / 3832-1645 / 3832-1730.

6.1.2. Fiscal da Ata de Registro de Preços: Almerinda Maria Xavier dos Santos – Diretora – (31) 3832 -1700.

6.2. Compete ao Gestor da ata de registro de preços acima identificado exercer a administração da ata de registro de preços, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência da ata de registro de preços, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

6.3. Compete ao Fiscal da ata de registro de preços acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor da ata, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a promotente fornecedora, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ata de registro de preços, etc.

6.4. O fiscal da ata de registro de preços anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a legislação vigente.

7. Obrigações das Partes

7.1. Obrigações da Promitente Fornecedora:



7.1.1. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

7.1.2. Não permitir a utilização do trabalho do menor.

7.1.3. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na lei n.º 14.133/2021.

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.1.5. Manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na ata de registro de preços.

7.1.7. Arcar com todos os gastos necessários para a completa execução dos serviços.

7.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços entregues, nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, em até 05 (cinco) dias corridos da comunicação efetuada pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

7.1.9. A promitente fornecedora fica responsável pela observância de todas as normas e legislações pertinentes ao ramo de sua atividade, incluindo as normas técnicas previstas na ABNT NBR 5410 e ABNT NBR ISO 8528-7.

7.1.10. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.1.11. A promitente fornecedora fica responsável pela observância de todas as normas e legislações pertinentes ao ramo de sua atividade, incluindo as normas técnicas previstas na ABNT NBR 5410 e ABNT NBR ISO 8528-7.

7.1.12. A promitente fornecedora vencedora do lote 1 ficará responsável pela manutenção corretiva do equipamento adquirido, de acordo com as recomendações de seu fabricante, sendo que a manutenção corretiva será durante o período de garantia, incluindo peças e mão de obra, e em tempo hábil.

7.2. Obrigações da Promitente Compradora:

7.2.1. Proporcionar todas as condições para que a promitente fornecedora possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência.



- 7.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela promitente fornecedora, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 7.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da promitente fornecedora, através de servidor especialmente designado.
- 7.2.4. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
- 7.2.5. Zelar para que durante toda a vigência da ata de registro de preços sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela promitente fornecedora, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.2.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela promitente fornecedora.
- 7.2.7. Notificar a promitente fornecedora, por escrito, a respeito de eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários e determinando prazo para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.
- 7.2.8. Providenciar toda a documentação e materiais necessários para entrega e instalação dos equipamentos.

8. Condições e Forma de Pagamento

- 8.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela promitente fornecedora em sua proposta, no prazo de 15 (quinze) dias corridos em favor da MPE's e 30 (trinta) dias corridos para as médias e grandes empresas, da data do recebimento definitivo, com base nas Notas(s) Fiscais (is), devidamente conferidas e aprovadas pela promitente fornecedora.
- 8.2. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo fiscal da ata de registro de preços.
- 8.3. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à promitente fornecedora e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pela promitente compradora.
- 8.4. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da promitente fornecedora, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da promitente fornecedora.
- 8.5. Sobre o valor devido à promitente fornecedora, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.
- 8.6. Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 8.7. É vedado à promitente fornecedora transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da ata de registro de preços.



8.8. Deverão ser realizadas compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos por eventuais antecipações de pagamentos.

9. Sanções aplicáveis

9.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, constantes nos artigos 156 e 162 – “O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato”, regulamentados no Decreto Municipal nº 5789/2024, bem como observará os termos da IN 8 de 22/03/2018 e suas alterações.

10. Critério de aceitabilidade dos preços

10.1. Menor preço por lote.

11. Documentação

Conforme item 09 do edital.

12. Prazo de Vigência

12.1. A ata de registro de preços oriunda desta contratação iniciará na data de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. Dotação Orçamentária

13.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2024 e pelas suas correspondentes para o exercício subsequente:

Item	Ficha	Fonte De Recurso	Co	Nº Do Desd.	Descrição Do Desdobramento
Grupo Gerador De Energia a diesel 17 Kva e Painel Automático para Gerador	805	2.706.000	00	15	Máquinas e equipamentos energéticos
	730	2.621.000	00	15	Máquinas e equipamentos energéticos
	712	1.500.000	02	15	Máquinas e equipamentos energéticos
Instalação: Grupo gerador 17 Kva:	814	2.621.000	00	62	Serviços de Apoio administrativos, técnico e operacional



	722	1.500.000	02	62	Serviços de Apoio administrativos, técnico e operacional
	740	2.621.000	00	62	Serviços de Apoio administrativos, técnico e operacional

14. Planilha de Preços Máximos

14.1. Os preços máximos que a administração se propõe a pagar pela presente licitação serão os seguintes:

Lote	Item	Cód	Und. Med	Qtd	Descrição	Valor Unit.	Subtotal
1	1	36754	Und	12	Grupo Gerador De Energia a diesel 17 Kva: <ul style="list-style-type: none">● Deve vir acompanhado de carregador de bateria (12V);● Deve possuir regulador automático de tensão (AVR);● Preparado para conexão de chave de transferência automática (CTA – painel ATS).● Unidade de Supervisão de Corrente Alternada (USCA). Deve possuir sistema	R\$ 41.925,00	R\$ 503.100,00



					de proteção tal qual impeça a operação em paralelo com a rede da concessionária. Serão aceitas pequenas variações nas especificações, desde que não configure na piora da qualidade do equipamento.		
	2	35563	Und	12	Painel Automático para Gerador: Quadro de transferência automática para gerador de 17kva. Obrigatoriamente deve ser de marca e especificações equivalentes para gerador.	R\$ 3.026,67	R\$36.320,04
2	1	36630	Und	15	Instalação: Grupo gerador 17 Kva: <ul style="list-style-type: none">Estando inclusos no serviço de instalação e o fornecimento de materiais e mão de obra	R\$ 8.083,33	R\$ 121.249,95
3 (COTA ME/EPP)	1	36755	Und	03	Grupo Gerador De Energia a diesel 17 Kva: <ul style="list-style-type: none">Deve vir acompanhado de	R\$ 41.925,00	R\$125.775,00



					<p>carregador de bateria (12V);</p> <ul style="list-style-type: none">● Deve possuir regulador automático de tensão (AVR);● Preparado para conexão de chave de transferência automática (CTA – painel ATS).● Unidade de Supervisão de Corrente Alternada (USCA). Deve possuir sistema de proteção tal qual impeça a operação em paralelo com a rede da concessionária. <p>Serão aceitas pequenas variações nas especificações, desde que não configure na piora da qualidade do equipamento.</p>		
	2	36756	Und	03	<p>Painel Automático para Gerador</p> <p>Quadro de transferência automática para gerador de 17kva.</p>	R\$ 3.026,67	R\$ 9.080,01



					Obrigatoriamente deve ser de marca e especificações equivalentes para gerador.		
--	--	--	--	--	--	--	--

Total do Processo: R\$795.525,00 (setecentos e noventa e cinco mil quinhentos e vinte e cinco reais).



ANEXO IV – PREGÃO ELETRÔNICO 074/2024

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Assunto: Registro de preços para escolha de empresas para eventual e futura aquisição e instalação de gerador de energia a diesel, com carregador de bateria (12V) para eventuais emergências e regulador automático de tensão (AVR) que mantém a tensão estável.

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA/MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n.º 19.391.945/0001-00, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde, **Sr.ª Wanessa de Lana Alves Rezende**, brasileira, residente e domiciliada -----, doravante denominado **PROMITENTE COMPRADOR**, e de outro lado a empresa _____, CNPJ/MF n.º _____, com sede na cidade de _____, na Rua _____, neste ato representada pelo Sr. _____, CPF n.º _____, adjudicatária do Pregão n.º ____/2024, Processo n.º ____/2024, homologada em .../.../2024, doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, resolvem registrar os preços, com integral observância da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores, e Lei Federal n.º 10.024/2019 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento é o registro de preços para escolha de empresas para eventual e futura aquisição e instalação de gerador de energia a diesel, com carregador de bateria (12V) para eventuais emergências e regulador automático de tensão (AVR) que mantém a tensão estável, conforme edital e mapa de apuração que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – EXPECTATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. O valor estimado desta ata é de R\$ _____ (_____), sendo que o compromisso de entrega somente estará caracterizado mediante recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).
- 2.2. Estima-se que as aquisições decorrentes desta ata poderão atingir os quantitativos abaixo, ficando a Promitente Fornecedora obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade.

Item	Cód. interno	Quant.	Unid	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
------	--------------	--------	------	-----------	-------	------------	-------------



--	--	--	--	--	--	--	--

(Inserir o mapa de apuração)

CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE E PUBLICAÇÃO

3.1. A vigência desta ata tem início a partir do dia ____/____/____ e vigorará até ____/____/2025.

3.2. A eficácia deste instrumento está vinculada à sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo, esta, de responsabilidade do Promitente Comprador.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.1. A revisão dos preços registrados observará a Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.2. O equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços será efetuado com base em índices setoriais oficiais ou composição de custos, correlacionados aos materiais e/ou serviços utilizados, ou, na falta de índice setorial oficial específico, por outro índice oficial que guarde maior correlação com o segmento econômico em que estejam inseridos os materiais e/ou serviços, ou, ainda, na falta de qualquer índice setorial, servirá como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE. Os reajustes poderão ser aplicados a qualquer época da vigência da ata de registro de preços, atendida sempre a menor periodicidade estabelecida em lei.

4.3. Demais questões relacionadas à formalização da ata de registro de preços deverão observar o disposto no Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. A ata de registro de preços durante sua vigência não poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório.

4.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata, inclusive o acréscimo de que trata o Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o art. 84 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela promitente fornecedora



em sua proposta, no prazo de 15 (quinze) dias corridos em favor da MPE's e 30 (trinta) dias corridos para as médias e grandes empresas, da data do recebimento definitivo, com base nas Notas(s) Fiscais (is), devidamente conferidas e aprovadas pela promitente fornecedora.

5.2. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo fiscal da ata de registro de preços.

5.3. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à promitente fornecedora e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pela promitente compradora.

5.4. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da promitente fornecedora, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da promitente fornecedora.

5.5. Sobre o valor devido à promitente fornecedora, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

5.6. Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

5.7. É vedado à promitente fornecedora transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da ata de registro de preços.

5.8. Deverão ser realizadas compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos por eventuais antecipações de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Obrigações da Promitente Fornecedora:

6.1.1. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

6.1.2. Não permitir a utilização do trabalho do menor.

6.1.3. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na lei n.º 14.133/2021.

6.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.1.5. Manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



6.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na ata de registro de preços.

6.1.7. Arcar com todos os gastos necessários para a completa execução dos serviços.

6.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços entregues, nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, em até 05 (cinco) dias corridos da comunicação efetuada pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

6.1.9. A promitente fornecedora fica responsável pela observância de todas as normas e legislações pertinentes ao ramo de sua atividade, incluindo as normas técnicas previstas na ABNT NBR 5410 e ABNT NBR ISO 8528-7.

6.1.10. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

6.1.11. A promitente fornecedora fica responsável pela observância de todas as normas e legislações pertinentes ao ramo de sua atividade, incluindo as normas técnicas previstas na ABNT NBR 5410 e ABNT NBR ISO 8528-7.

6.1.12. A promitente fornecedora vencedora do lote 1 ficará responsável pela manutenção corretiva do equipamento adquirido, de acordo com as recomendações de seu fabricante, sendo que a manutenção corretiva será durante o período de garantia, incluindo peças e mão de obra, e em tempo hábil.

6.2. Obrigações da Promitente Compradora:

6.2.1. Proporcionar todas as condições para que a promitente fornecedora possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência.

6.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela promitente fornecedora, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da promitente fornecedora, através de servidor especialmente designado.

6.2.4. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos nesta ata de registro de preços.

6.2.5. Zelar para que durante toda a vigência da ata de registro de preços sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela promitente fornecedora, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela promitente fornecedora.

6.2.7. Notificar a promitente fornecedora, por escrito, a respeito de eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários e determinando prazo para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.



6.2.8. Providenciar toda a documentação e materiais necessários para entrega e instalação dos equipamentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2024 e pelas suas correspondentes para o exercício subsequente:

Item	Ficha	Fonte De Recurso	Co	Nº Do Desd.	Descrição Do Desdobramento
Grupo Gerador De Energia a diesel 17 Kva e Painel Automático para Gerador	805	2.706.000	00	15	Máquinas e equipamentos energéticos
	730	2.621.000	00	15	Máquinas e equipamentos energéticos
	712	1.500.000	02	15	Máquinas e equipamentos energéticos
Instalação: Grupo gerador 17 Kva:	814	2.621.000	00	62	Serviços de Apoio administrativos, técnico e operacional
	722	1.500.000	02	62	Serviços de Apoio administrativos, técnico e operacional
	740	2.621.000	00	62	Serviços de Apoio administrativos, técnico e operacional

CLÁUSULA OITAVA - FORMA, PRAZO E LOCAL

8.1. O fornecimento será efetuado conforme a solicitação da Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), devendo o bem ser entregue e instalado nos locais designados na mesma.

8.1.1. A empresa deverá comunicar previamente à Secretaria Municipal de Saúde a data da entrega e instalação para que a mesma designe servidor para acompanhamento e fiscalização dos procedimentos e verificação da conformidade do objeto.

8.2. As NAF's serão encaminhadas exclusivamente via e-mail, através de correio eletrônico indicado pela promitente fornecedora, e considerar-se-ão recebidas no segundo dia útil após a data de envio.

8.3. É de responsabilidade da promitente fornecedora manter atualizado o seu endereço de correio eletrônico, bem como acessar o conteúdo das NAF's encaminhadas pela administração. A promitente fornecedora também é obrigada a reportar imediatamente à administração qualquer



problema técnico em relação ao seu correio eletrônico, indicando imediatamente outro endereço para comunicação.

8.4. O não atendimento das NAF's encaminhadas pela administração sujeitará a promitente fornecedora às sanções previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como responsáveis:

9.1.1. Gestor da Ata de Registro de Preços: Wanessa de Lana Alves Rezende – Secretária Municipal de Saúde - gestorsaude@santabarbara.mg.gov.br - 3832-1700 / 3832-1645 / 3832-1730.

9.1.2. Fiscal da Ata de Registro de Preços: Almerinda Maria Xavier dos Santos – Diretora – (31) 3832 -1700.

9.2. Compete ao Gestor da ata de registro de preços acima identificado exercer a administração da ata de registro de preços, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência da ata de registro de preços, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

9.3. Compete ao Fiscal da ata de registro de preços acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor da ata, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a promitente fornecedora, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ata de registro de preços, etc.

9.4. O fiscal da ata de registro de preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO



10.1. Os produtos serão recebidos:

10.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

10.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

10.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas nesta ata de registro de preços e na proposta.

10.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da promitente fornecedora pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução da ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, constantes nos artigos 156 e 162 – “O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato”, regulamentados no Decreto Municipal nº 5789/2024, bem como observará os termos da IN 8 de 22/03/2018 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. A ata de registro de preços poderá ser rescindida na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis, na forma desta legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A ata de registro de preços vincula-se às cláusulas avençadas e deverá ser executada fielmente pelas partes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Fica eleito o foro da comarca de Santa Bárbara/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução desta ata de registro de preços.

13.3. E, por estarem justas e acordes, as partes firmam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Santa Bárbara, de de 2024.



Wanessa de Lana Alves Rezende
Secretária Municipal de Saúde
Promitente Comprador

Promitente Fornecedora

Bráulio Lopes de Assis
Procurador-Geral do Município

Almerinda Maria Xavier dos Santos
Diretora
Fiscal

Testemunhas:

Assinado por 2 pessoas: BRAULIO LOPES DE ASSIS e HANIELLY DE CASTRO ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santabarbara.mg.gov.br/verificacao/F587-341E-7BDA-EC83> e informe o código F587-341E-7BDA-EC83



ANEXO V – PREGÃO ELETRÔNICO 074/2024

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Abaixo os dados pessoais do representante legal com poderes para a assinatura da ata de registro de preços ofertada pelo proponente, porventura a nossa empresa seja declarada vencedora deste certame:

Representante Legal (Nome Completo): _____;

() Sócio () Procurador *

Nacionalidade: _____;

Estado Civil: _____;

RG nº: _____; CPF nº: _____;

Telefone: _____; Celular: _____;

Endereço eletrônico: _____;

Pagamentos/Dados Bancários:

Nome do Banco: _____ Ag: _____ C/C: _____,

Chave PIX

Identificação do tipo de chave () Aleatória () Celular () CPF/CNPJ

() E-mail _____

*** A indicação de Procurador está condicionada à apresentação de uma Procuração legalmente constituída em cartório, para fins de assinatura da proposta.**

Local e data:

Assinatura do Representante Legal

OBS: emitir preferencialmente em papel timbrado da licitante.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F587-341E-7BDA-EC83

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRAULIO LOPES DE ASSIS (CPF 015.XXX.XXX-63) em 07/11/2024 08:12:39 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BRAULIO LOPES DE ASSIS (CPF 015.XXX.XXX-63) em 07/11/2024 08:28:33 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



HANIELLY DE CASTRO ROSA (CPF 081.XXX.XXX-88) em 07/11/2024 16:22:05 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://santabarbaramg.1doc.com.br/verificacao/F587-341E-7BDA-EC83>